

## Refugiados ruandeses denunciam lista com alvos do regime de Kigali e pedem intervenção do Estado moçambicano

- A comunidade ruandesa residente em Moçambique denuncia a existência de uma lista de refugiados ruandeses que devem ser eliminados pelos esquadrões de morte do Governo de Paul Kagame. A lista foi elaborada pelo regime de Kigali e inclui refugiados ruandeses que estão em Moçambique e em outros países africanos. A denúncia foi feita na sexta-feira durante a mesa-redonda sobre “O direito à vida e à segurança dos refugiados ruandeses em Moçambique”, organizada pelo Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), em parceria com a Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos (RMDDH).





A mesa-redonda acontece 10 dias depois do assassinato a tiro de Revocant Karemangingo, vice-presidente da Associação dos Refugiados Ruandeses em Moçambique (ARRM), ocorrido a 13 de Setembro, perto da sua residência, no Bairro Liberdade, Cidade da Matola. Revocant Karemangingo actuava como comerciante em muitas áreas e empregava mais de 200 moçambicanos. Tal como aconteceu em outros assassinatos e desaparecimentos forçados de refugiados ruandeses em Moçambique, o caso do vice-Presidente da ARRM não está a merecer uma investigação séria por parte das autoridades moçambicanas e os autores materiais nunca serão conhecidos.

Falando na mesa-redonda, Cleophas Habiyareme, Presidente da ARRM, disse que a perseguição de refugiados ruandeses acontece em quase todos os países de África. “Há muitos assassinatos de pessoas da nossa comunidade, mas nunca houve justiça. Sabemos que há listas que estão a circular indicando as pessoas que devem ser mortas”. Cleophas Habiyareme disse que o seu conterrâneo Revocant Karemangingo integrava o grupo de ruandeses intelectuais, jornalistas e empresários que têm sido perseguidos pelo Governo de Kigali em vários países africanos por se oporem ao Presidente Paul Kagame. Além de exigir justiça às autoridades moçambicanas, o Presidente da ARRM defende a intervenção da comunidade internacional, justificando que a perseguição e assassinato de refugiados ruandeses acontece também na África do Sul, no Burundi, no Uganda e no Quênia.

Um refugiado ruandês que se identificou pelo nome de Alex, de 40 anos, contou que chegou a Moçambique em Dezembro de 2003, depois de ter passado por Congo, Malawi e Tanzânia. “Fui bem recebido em Moçambique. Comecei a trabalhar, conheço muitos moçambicanos e tenho a minha família aqui. Mas há dois anos que vivemos assustados devido à perseguição de que somos vítimas”. Alex conta que o seu nome consta da lista de Kigali e ele é um dos alvos do regime de Paul Kagame. “Eu não fiz nada para estar nessa lista. Não há nada que eu fiz contra o meu País. Ainda que tivesse praticado um crime, o correcto seria submeter-me a um julgamento. Porquê é que não posso ser julgado? Será que Moçambique não nos pode ajudar? Não há justiça qui em Moçambique? Nós vivemos com medo e isso não pode continuar assim”.

Falando sobre o recente assassinato de um refugiado ruandês na Matola, Alex disse que a comunidade ruandesa já sabia que Revocant Karemangingo estava a ser perseguido há dois meses. O caso foi reportado às autoridades moçambicanas, mas nada foi feito para evitar o assassinato do vice-Presi-



dente da ARRM. “Ele foi morto perto da sua casa. Os seus filhos viram tudo. Como vão ficar? Isto não pode continuar assim. Matar uma pessoa como se fosse galinha não é fazer justiça. Pedimos justiça. Eu perdi o meu irmão em Moçambique. Meu irmão mais velho foi queimado na sua loja em Magoanine, Cidade de Maputo, e perdeu a vida uma semana depois. Mas até hoje não sabemos quem fez aquilo, o caso não foi esclarecido, não há justiça”.

Um outro cidadão ruandês presente na mesa-redonda disse que seu nome também consta da lista de pessoas que devem ser mortas. “Dizem que eu matei muitas pessoas no Ruanda, mas nunca tirei vida a ninguém. Na televisão pública do Ruanda falam dos nossos nomes como se fossemos criminosos procurados”. An-

tes de fixar-se em Moçambique, conta que escapou de um rapto na África do Sul e acredita que os raptos estavam a cumprir ordens de Kigali. “Um dia depois do assassinato de Revocant Karemangingo, apareceu um carro de vidros fumados e os ocupantes começaram a filmar a minha casa. Sempre que vemos carros com vidros fumados na estrada ficamos com medo”.

A abertura de uma embaixada ruandesa em Maputo em 2019 é vista pelos refugiados ruandeses como sendo um dos factores que piorou a sua segurança em Moçambique. O Alto-Comissário do Ruanda em Moçambique chama-se Claude Nikobisanzwe, e é o mesmo diplomata que em 2014 foi expulso da África do Sul por suspeitas de envolvimento no assassina-





to de Patrick Karegeya, antigo chefe dos serviços secretos do Ruanda encontrado morto num hotel de Joanesburgo. “Moçambique acolheu-nos, concedeu-nos o estatuto de refugiados e nós agradecemos. Nós viemos até Moçambique fugindo da perseguição no Ruanda, mas agora estamos a ser perseguidos aqui. Moçambique deve falar com o Governo do Ruanda e exigir fim à perseguição de cidadãos ruandeses no seu território”.

Uma moçambicana de nome Mércia Mungambe perdeu o seu marido em 2016 nas mãos de esquadrões de morte que o confundiram com um ruandês. “Perdi o meu marido no dia 7 de Abril de 2016 e até hoje não sei o que aconteceu. Ele estava em casa de um amigo ruandês. A justiça não feita. Gostaria de saber exactamente o que está a acontecer. Porquê dessa guerra, porquê dessa perseguição toda?”

“Não queremos listas de Kigali aqui e exigimos que a União Africana inicie uma investigação independente”, Adriano Nu-

vunga

Intervindo na mesa-redonda, Adriano Nuvunga, Director do CDD, lamentou a existência de lista com nomes de refugiados ruandeses alvos do regime de Paul Kagame. “Quem tem que morrer? E porquê? Quem tem que tirar a vida ao outro? Temos que proteger os ruandeses tal como protegemos todas as comunidades que estão em Moçambique. Os ruandeses vivem connosco em Moçambique há mais de duas décadas. Muitos desenvolveram pequenos negócios para sustentar as suas famílias e empregam moçambicanos. Não queremos listas que vêm do Kigali aqui. Não queremos listas de Kigali aqui. Moçambique é um País livre. Somos um Estado soberano e a soberania exerce-se protegendo os nacionais e aqueles que escolheram o nosso País para viver”.

Nuvunga defende o envolvimento de organizações regionais e continentais na investigação de assassinatos, desaparecimentos forçados e perseguição de refu-


giados ruandeses. “Moçambique é parte da SADC e da União Africana e estes mecanismos internacionais existem não para proteger os dirigentes, mas sim as comunidades. Esta comunidade de ruandeses hoje vive com medo, sente-se ameaçada e desprotegida. É obrigatório que a União Africana inicie uma investigação séria e independente sobre a situação dos ruandeses e existem mecanismos para tal”.

A mesa-redonda sobre “O direito à vida e à segurança dos refugiados ruandeses em Moçambique” realizou-se no dia em que o Presidente do Ruanda desembarcava em Pemba para uma visita de dois dias a Moçambique. Paul Kagame foi a Cabo Delgado para saudar as tropas ruandesas que há dois meses apoiam as forças moçambicanas na luta contra o extremismo violento. No sábado, Paul Kagame foi convidado de honra nas cerimónias centrais das celebrações do 25 de Setembro, Dia das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana e Betuel Chau  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

## PARCEIRO PROGRAMÁTICO



## PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

